

“2020 será o ano do aborto legal, não temos dúvida quanto a isso, é irreversível que se torne lei”, diz María Florencia Alcaraz

Jornalista argentina autora do livro ¡Qué sea ley! conta como estão sendo os preparativos para o 8 de Março no país e fala do compromisso do presidente com a pauta



Fonte: [Agência Pública](#)

Por Andrea Dip

[\(Agência Pública, 06/03/2020 – acesse no site de origem\)](#)

A campanha pela descriminalização do aborto na Argentina tem se fortalecido, e a “onda verde” – que ficou conhecida assim pelo uso do pano verde como símbolo – tem ganhado as ruas do país há mais de dez anos. Fruto de muitos encontros, reuniões e assembleias entre diversas frentes do movimento feminista, o lema é “educação sexual para decidir, contraceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer” e se refere principalmente ao alto número de mortes de mulheres em abortos ilegais inseguros.

Em uma votação muito dividida em 2018 – 38 votos contra, 31 a favor e 2 abstenções –, o Senado rejeitou o projeto de lei que legalizaria a interrupção da gestação até 14 semanas em hospitais públicos e de forma gratuita para as mulheres. Mas para María Florencia Alcaraz, 2020 será o ano em que o movimento feminista argentino finalmente conquistará o aborto legal, seguro e gratuito.

Leia também: [ESPECIAL: 8M: MULHERES LATINAS ENFRENTAM ONDA CONSERVADORA](#)

A jornalista, que é diretora do veículo feminista latino-americano [Latfem](#) e autora do livro ¡Qué sea ley!, falou à Agência Pública das preparações para os atos que ocorrerão no dia 8 de março no país e do compromisso firmado pelo presidente Alberto Fernández em encaminhar um projeto de lei do Executivo sobre o tema e citou exemplos de resistência em outros países da América Latina, especialmente os que vivem sob governos autoritários.

Nós teremos agora os atos de 8 de Março. Como estão os preparativos na Argentina? Quem vai para a rua e quais são as pautas principais?

Na Argentina, foram realizadas assembleias durante todo o mês de fevereiro, como vem ocorrendo ao menos desde 2016. As assembleias são o processo para construir as manifestações da “Ni una a menos”, que se tornaram massivas. Agora participam diferentes organizações da sociedade civil, como grupos feministas, de direitos humanos, políticos, partidos políticos, sindicatos, estudantes secundaristas e universitárias, mulheres lésbicas, travestis, mulheres trans e pessoas não binárias.

Como se decidiram as pautas? Como são as assembleias?

As assembleias são um espaço de discussão para acertamos as reivindicações e demandas e para definir o modo como iremos ocupar as ruas. É um processo para a greve internacional feminista do 8 de Março. Realizaram-se de três a quatro assembleias, aproximadamente. Em 8 de março, haverá algumas atividades no território e, no dia 9, uma mobilização até o Congresso, já que a principal pauta está relacionada ao aborto – o presidente Fernández anunciou que irá enviar ao Congresso um projeto de lei do Executivo em relação a esse tema, que é algo urgente, uma dívida da democracia, um compromisso assumido pelo presidente em campanha. É necessário que o Congresso discuta rapidamente neste ano a interrupção voluntária da gravidez e que isso se transforme em lei na Argentina.

Além disso, iremos discutir a crise econômica que deixou o governo de Mauricio Macri, que deixou endividadas sobretudo as mulheres, as lésbicas, travestis e trans. Sabemos que, quando um país atravessa uma situação de pobreza ou crise, as mais afetadas por isso são as identidades feminizadas.

Como está a luta pela descriminalização do aborto na Argentina neste momento?

2020 será o ano do aborto legal, não temos dúvida quanto a isso, é irreversível que se torne lei. Todas as forças do ativismo feminista fizeram muita pressão para isso. E há respostas da política: o presidente anunciar que irá enviar um projeto de lei é histórico, isso nunca havia ocorrido. Assim, unem-se estas duas forças: o ativismo feminista e a política tradicional. Isso pressiona o Senado a decidir a favor de vidas mais dignas para todas. Temos muita esperança que esse processo vá ter reflexos na América Latina, já que a Argentina será o país mais populoso a ter uma lei de aborto na região.

Você faz parte de várias articulações feministas transnacionais e edita o Latfem, que é um veículo que traz agendas de outros países da América Latina. Como você tem visto a articulação do movimento feminista nesses outros países para este 8 de Março?

Quais são as pautas comuns?

Vejo o processo latino-americano com muita admiração. O que está acontecendo no Chile, no México. No México, a cobertura da mídia sobre os feminicídios, que foi sexista, misógina e machista, despertou uma reação muito forte das feministas. A mídia compartilhou imagens de Ingrid Escamilla, que foi esquartejada. Em resposta, as feministas publicaram uma série de imagens de paisagens, fotos bonitas, para encher as redes sociais de imagens belas e tirar o foco das fotos de Escamilla esquartejada. O México vem de um processo de mobilização muito grande das feministas, sobretudo desde o ano passado, pelo descontentamento em relação à falta de respostas do governo em um país onde há, ao menos, sete feminicídios por dia. A situação no México é muito encorajadora.

Na Colômbia também. Há pouco, a Corte Constitucional teve de tomar uma jurisprudência em relação ao aborto, porque havia uma possibilidade de retroceder em direitos que já estavam garantidos desde 2006. A Corte teve uma postura histórica e decidiu não dar lugar para a demanda antidireitos. Não se modificou a legislação vigente, e neste contexto em que vivemos, de muita reação fundamentalista e antidireitos, isso foi uma conquista para as colombianas, que se mobilizaram massivamente à porta da Corte, com música, alegria e reggaeton.

Na Argentina, o feminismo foi a principal oposição aos governos à direita, situação que está acontecendo em todo o continente. Foi assim com Trump, nos EUA: as primeiras a se

mobilizarem foram as feministas. No Uruguai, onde a direita acaba de conquistar o governo, as feministas também se destacam como um movimento dinamizador da política e da oposição. No Chile, a performance das Las Tesis e a participação do ativismo feminista foram fundamentais para denunciar os abusos do Estado e inoperância do presidente Piñera ante uma situação de crise. No Brasil também houve grandes mobilizações contra Bolsonaro por grupos feministas.

Creio que os feminismos são a principal oposição aos governos de direita e fundamentalistas que temos na região neste momento. Isso porque estamos em uma situação em que há países que não têm estado de direito, como a Bolívia, e isso nos preocupa muito.

Por Andrea Dip

Seja aliada da Pública

Faça parte do nosso programa de apoio recorrente e promova jornalismo investigativo de qualidade. Doações a partir de R\$ 10,00/mês.
[*apoie agora!*](#)

Futuro do aborto nos EUA está em jogo na Suprema Corte

Tribunal examina lei que obriga médicos da Louisiana que praticam abortos a fazerem o procedimento apenas em clínicas que estejam a menos de 50 quilômetros de um hospital onde possam fazer cirurgia em caso de emergência.

[*\(G1, 04/03/2020 - acesse no site de origem\)*](#)

A Suprema Corte dos Estados Unidos começou a examinar, a partir desta quarta-feira (4), uma lei de Louisiana acusada de restringir o acesso à prática do aborto, um caso altamente sensível que põe à prova os novos juízes nomeados pelo presidente Donald Trump e que pode afetar esse direito em todo país.

A lei submetida a revisão foi aprovada em 2014 e é muito similar a uma dos Texas revogada em 2016 pela máxima instância do Judiciário americano. À época, a Casa a considerou excessivamente restritiva.

Esta legislação obriga os médicos que praticam abortos a fazerem o procedimento apenas em clínicas que estejam a menos de 50 quilômetros de um hospital. Além disso, estes médicos deverão contar com autorização para usar as salas de cirurgia deste mesmo estabelecimento.

Obter essas autorizações é complexo e, se a corte corroborar essa lei, apenas uma clínica e um médico poderão continuar oferecendo abortos em Louisiana. São quase 10 mil abortos por ano no estado.

“Louisiana desafia abertamente a decisão do tribunal”, disse antes da audiência Nancy Northup, presidente do Centro de Direitos Reprodutivos, que representa os demandantes.

“Contamos com que a Corte confirme sua jurisprudência” de 2016, afirmou.

Desde então, porém, o presidente Donald Trump fez a balança do Supremo inclinar para o lado conservador, ao nomear dois magistrados (de um total de nove) com posturas tradicionais. Este novo perfil preocupa os defensores do direito ao aborto.

Se a Corte renovada der as costas para a decisão de 2016, isso pode significar que também está disposta a reverter a histórica sentença do caso “Roe vs. Wade”, de 1973, na qual esta mesma instituição reconheceu o direito de todas as mulheres americanas de abortarem, apontam ativistas.

A audiência “pode marcar o princípio do fim para ‘Roe’”, comentou Kelley Robinson, uma das responsáveis pela organização de planejamento familiar Planned Parenthood.

Para ela, “o acesso ao aborto está por um fio” nos Estados Unidos.

A chegada de novos juízes conservadores ao Supremo estimulou os opositores ao aborto.

“Estamos avançando com esperança nos nossos corações e com confiança na Corte”, disse a presidente da United for Life, Catherine Glenn Foster.

Nesta quarta, cada lado convocou seus simpatizantes na entrada da Suprema Corte. Recém-chegado de Cincinnati, Dennis McKirahan, de 75 anos, fazia soar as “trombetas de Deus”.

“Temos que parar de matar bebês”, exclamou.

A alguns metros de distância, no lado oposto, Liz Borkowki, de 42 anos, segurava um cartaz, no qual se lia: “Respeitem as decisões tomadas”.

“Nem os fatos nem a lei mudaram desde 2016. Mudou apenas a composição da Corte”,

afirmou. “Se decidir tomar uma decisão diferente, não vejo como poderemos continuar confiando nela”, acrescentou.

A Suprema Corte deve tomar sua decisão em junho, alguns meses antes da eleição presidencial, de 3 de novembro. Trump, que seduziu a direita religiosa ao mostrar uma oposição frontal ao aborto, não perderá a oportunidade de cantar vitória, se a Corte retroceder neste direito.

O governo Trump apoia a lei de Louisiana.

Seu objetivo é “proteger as mulheres”, explica a congressista Katrina Jackson, “orgulhosa” de ter apresentado o texto ao Parlamento deste estado do sul americano.

“Trata-se de estarmos seguros de que os médicos estão conectados a um hospital, de modo que, em caso de uma complicação, possam transferir e internar sua paciente”, alegou.

“Isso não está correto”, rebateu Kathaleen Pittman, diretora do centro de planejamento familiar Hope Medical Group, em Shreveport, no noroeste do estado.

As autoridades, que aprovaram 89 medidas restritivas sobre o aborto desde sua legalização em 1973, “estão apenas esperando que Louisiana se torne o primeiro estado sem acesso ao aborto”, afirmou.

Em fevereiro de 2019, a Suprema Corte, consultada em caráter de urgência pela clínica de Pittman, já havia bloqueado a entrada em vigor desta lei sem se pronunciar sobre a questão de fundo.

Surpreendentemente, o presidente da Corte, John Roberts, uniu-se aos quatro juízes progressistas, embora três anos antes tenha defendido a lei do Texas. Muito identificado com a imagem da Corte e com a continuidade da lei, o magistrado pode voltar a desempenhar o papel de fiel da balança.

“Roberts é percebido como alguém que prefere as mudanças graduais”, afirmou o professor de direito Erwin Chemerinsky, na revista do Colégio de Advogados ABA.

“Provavelmente não irá tão longe, envolvendo-se neste caso a ponto de anular o direito ao aborto”, comentou. Ele pode, no entanto, atuar em outra frente. A Suprema Corte concordou em se pronunciar sobre a legitimidade dos médicos, ou das clínicas, de realizarem ações legais

para defender o direito ao aborto.

O movimento pró-vida alega que estes médicos têm uma motivação financeira e que apenas as grávidas deveriam ter direito de ir aos tribunais. “Estou muito preocupada”, disse à AFP a ginecologista Nisha Verma.

“Pedir às mulheres que tentam fazer um aborto para irem à Corte é uma loucura”, afirmou. “Isso simplesmente tornaria muito mais difícil” defender o direito de interromper a gravidez, completou.

Por France Presse

Tribunal Constitucional da Colômbia rejeita legalização do aborto nas primeiras 16 semanas

Aborto só será permitido se a vida da mãe correr risco, se o feto sofrer de má formação ou se a gravidez for resultante de um estupro.

[\(G1, 03/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

O Tribunal Constitucional da Colômbia rejeitou nesta terça-feira (3) a legalização do aborto até as primeiras 16 semanas de gestação, e decidiu que o procedimento continuará sendo permitido somente em três casos específicos.

A corte rejeitou um caso que pedia que a nação retomasse a proibição da prática em qualquer circunstância, mas também disse que não tornará o aborto legal durante os quatro primeiros meses de gravidez.

Como antes, o aborto só será permitido **se a vida da mãe correr risco, se o feto sofrer de má formação ou se a gravidez for resultante de um estupro.**

O veredicto foi repudiado por organizações de direitos humanos e de defesa das mulheres.

“A decisão do Tribunal Constitucional foi uma oportunidade desperdiçada de ficar do lado certo da história para proporcionar às mulheres e meninas colombianas o acesso seguro ao

aborto”, opinou Paula Avila-Guillen, diretor de Iniciativas Latino-americanas do Centro de Igualdade das Mulheres, em um comunicado na segunda-feira.

A Anistia Internacional acusou a corte de dar as costas às mulheres.

“Lamentamos que a corte tenha decidido continuar restringindo os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres ao invés de dar um exemplo positivo para a região”, disse a diretora da Anistia Internacional para as Américas, Erika Guevara Rosas.

Por Reuters

Lobby religioso ameaça direitos da mulher, alerta relator da ONU

O Brasil é citado em um relatório submetido ao Conselho de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) entre países onde a religião é usada como justificativa para impedir que meninas e mulheres tenham acesso à educação sexual, assim como direitos reprodutivos e acesso à saúde sexual.

[\(Blog Jamil Chade/UOL, 03/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Desde o início do governo de Jair Bolsonaro, o país modificou sua política externa e de direitos humanos para levar em conta valores religiosos, conforme destacado pela ministra Damares Alves em visita recente a Genebra, na Suíça.

De acordo com o informe, consultas realizadas na América Latina em 2019 chegaram à constatação de que programas de educação sexual e saúde reprodutivas foram cortados no Brasil. Isso, segundo as pessoas ouvidas nas consultas, teria uma relação direta com a “pressão de grupos religiosos”. Países como Paraguai, Equador e Colômbia também estariam registrando tais tendências.

Procurada pela reportagem, o Ministério dos Direitos Humanos não deu uma resposta sobre o conteúdo do informe.

Em declarações à coluna, o relator da ONU para Liberdade Religiosa, Ahmed Shaheed confirmou sua preocupação e indicou que, em suas consultas na América Latina, recebeu relatos de como as ameaças aos direitos de meninas e mulheres são realidades em diversos locais.

Segundo ele, os estados da região continuam com leis seculares. “Mas as pessoas me relatam que existe uma visibilidade cada vez maior de grupos religiosos em espaços públicos que argumentam que alguns direitos de mulheres podem ser limitados com uma justificativa religiosa”, disse.

“Meninas e mulheres têm tido dificuldades em ter acesso a direitos reprodutivos, com a consequência para a saúde e muito mais que isso”, alertou.

Na ONU, a delegação brasileira afirmou num discurso nessa segunda-feira que a liberdade religiosa era uma prioridade do governo de Jair Bolsonaro e que Brasília estaria particularmente preocupada com a intolerância diante de cristãos.

O Itamaraty ainda apontou que “o governo brasileiro condena todas as formas de violência religiosa e discriminação, incluindo contra mulheres, meninas e minorias”.

Questão mundial

As reuniões na América Latina ocorreram em Buenos Aires e contaram com representantes de agências da ONU, vítimas, defensores de direitos humanos, acadêmicos e religiosos.

Se o Brasil é citado nas consultas explicitamente, o informe destaca que a situação do país não é a única.

“Participantes das consultas, nas quatro regiões, também notaram o uso crescente da religião ou crença para negar saúde reprodutiva ou direitos sexuais”, alerta.

Ao longo dos últimos meses, o Itamaraty tem adotado uma postura que vem causando choque entre delegações estrangeiras. Em projetos de resolução na ONU, o governo tem alertado que não aceitaria referências a termos como educação sexual ou direitos reprodutivos.

Aborto

Em Nova York em setembro de 2019, o governo ainda se somou a uma declaração liderada pelos EUA em que países insistiam sobre a necessidade de se evitar a “criação” de novos direitos. Entre eles, mais uma vez estavam os direitos reprodutivos e sexuais. O argumento é de que tais referências poderiam abrir caminhos legais para o aborto.

Na semana passada, a ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves, esteve na ONU para reuniões e, entrevistas para a imprensa estrangeira, acenou para o papel das igrejas na “nação”.

Damares insistiu na “defesa da vida”, uma forma encontrada para declarar a oposição do governo brasileiro a qualquer brecha que pudesse ser aberta em resoluções internacionais para o aborto.

Sempre fazendo referência às consultas regionais, porém, o relatório da ONU citou como leis “limitaram seriamente o acesso das mulheres ao aborto”. “Três quartos do total de abortos na região (latino-americanas) são alegadamente inseguros devido a impedimentos legais ao acesso seguro, resultando em altas taxas de mortalidade materna evitável na Argentina, Venezuela, Brasil, Paraguai, Peru e Bolívia”, destaca.

LGBT+

O texto ainda cita campanhas contra “ideologia de gênero” na região latino-americana e alerta como, em certos casos, a posição pode significar um encorajamento à discriminação contra a população LGBT+.

Mas a mesma consulta faz um elogio ao Brasil, citando o país como um dos locais onde o casamento entre duas pessoas do mesmo sexo está garantido.

De uma forma geral, porém, o documento insiste em alertar para o risco de que crenças e a fé se transformem em políticas discriminatórias.

O relatório apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU também expressou profunda preocupação com o aumento das campanhas políticas e religiosas, que invocam a liberdade religiosa para buscar o retrocesso dos direitos humanos que são fundamentais para a igualdade de gênero, tanto em nível nacional quanto internacional.

Por Jamil Chade, colunista do UOL

Tribunal superior da Colômbia debate legalização do aborto e decisão pode se tornar marco na América Latina

Um caso reabriu o debate sobre as implicações legais e morais do procedimento e pode ter repercussões em toda a região

[\(Celina/Globo.com, 02/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Um tribunal superior da Colômbia deve decidir nos próximos dias se deve ou não [permitir o aborto](#) durante os primeiros meses de uma gravidez. A decisão pode ser um marco na América Latina e ter um efeito cascata em uma região conhecida por suas [leis restritivas](#).

— Com sorte, este será um caso que faz história — afirma Paula Avila-Guillen, advogada colombiana e defensora dos direitos reprodutivos das mulheres.

A Colômbia não é apenas uma das nações mais populosas e culturalmente influentes da América Latina, mas sua alta corte é amplamente considerada uma formadora de tendências legais.

Os defensores da legalização dizem que uma decisão a seu favor anunciaria uma mudança em uma região impregnada de tradições católicas conservadoras que há muito tempo [limitam o aborto](#). Mas os oponentes temem exatamente isso.

— Seria uma decisão irresponsável, isso só vai aumentar a quantidade de danos causados às mulheres — afirma Natalia Bernal, professora de direito e contrária a legalização do aborto.

A decisão do tribunal, que não pode ser alterada por outros órgãos legais, pode chegar já nesta segunda-feira. E resultará de um caso que não foi apresentado por um defensor do direito ao aborto, mas sim pela professora, de 43 anos, que havia pedido uma proibição total do procedimento.

Leia também: [Mulheres voltam às ruas pela legalização do aborto na Argentina](#)

Natalia Bernal, que mora na França, pediu ao tribunal que eliminasse as poucas exceções existentes na lei colombiana que permitem abortos legais. Em vez disso, o tribunal decidiu considerar legalizar amplamente a prática.

A decisão da corte de levar adiante seu caso intensificou um debate já feroz na Colômbia sobre as implicações legais e morais do procedimento. Nas últimas semanas, ativistas de ambos os lados desceram à capital, Bogotá, discutindo se o Estado ou as mulheres devem decidir quando um aborto pode ser realizado.

O Tribunal Constitucional da Colômbia há muito é considerado um dos mais liberais da região e é conhecido em particular por decidir em favor dos direitos das mulheres. Mas sua decisão final neste caso está longe de ser óbvia.

Os juízes estão considerando uma decisão proposta por um de seus colegas mais liberais, Alejandro Linares. Ele é a favor da legalização do aborto nos primeiros quatro meses de gravidez, argumentando que obrigar uma mulher a ter um filho a força é dar o controle de seu corpo a outras pessoas, incluindo o Estado, de acordo com partes de sua proposta relatadas na mídia colombiana. Cinco dos nove juízes da Corte devem assinar sua interpretação da lei.

Em uma decisão de 2006, o Tribunal Constitucional permitiu o aborto em três circunstâncias: quando a vida da mãe está em risco, quando o feto tem sérios problemas de saúde e quando a gravidez resulta de estupro.

Seis juízes mostraram em decisões anteriores que apoiam a decisão de 2006, segundo Mariana Ardila, advogada colombiana que é a favor da legalização.

Mas não está claro se esses juízes estão dispostos a ir além, um ponto com o qual muitos na Colômbia também parecem estar lutando. Os juízes ainda podem rejeitar completamente a proposta de Alejandro Linares e decidir a favor de Natalia Bernal.

Embora a Colômbia seja mais politicamente conservadora do que muitos de seus vizinhos, recentemente liberalizou políticas em algumas questões sociais. O país legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2016, e uma de suas políticas mais poderosas, a [prefeita de Bogotá](#), é uma lésbica que recentemente se casou com uma senadora.

Muitas das recentes mudanças liberais da Colômbia, incluindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo, resultaram de decisões do Tribunal Constitucional. Pela primeira vez em sua história, três dos nove magistrados do tribunal são mulheres.

Das poucas nações do mundo que não permitem o aborto sob nenhuma circunstância, pelo menos cinco estão na [América Latina](#) e no Caribe: Nicarágua, El Salvador, Honduras, Haiti e República Dominicana.

Alguns lugares da região legalizaram o aborto, permitindo que as mulheres procurem o procedimento mediante solicitação, sem precisar provar que foram estupradas ou que uma gravidez põe em risco suas vidas. Eles incluem Cuba, Guiana, Uruguai, Cidade do México e o estado mexicano de Oaxaca.

Na Argentina, um esforço no ano passado para legalizar o aborto foi derrotado, mas ajudou a

galvanizar os movimentos de direitos reprodutivos em toda a região. Agora, os legisladores estão novamente considerando a legalização, [desta vez com o apoio do presidente](#).

A Colômbia agora exige que todas as instituições de saúde realizem a interrupção voluntária da gravidez se uma mulher ou menina se encaixar em uma das três exceções. Mas, segundo Paula Avila-Guillen, que trabalha no Women's Equality Center (Centro de Igualdade das Mulheres), com sede em Nova York, na prática os médicos frequentemente se recusam a realizar um aborto, afirmando que uma mulher não atende a nenhum dos requisitos.

Ela acrescenta que o acesso é particularmente limitado para mulheres pobres que vivem fora de cidades como Bogotá. Muitas nem sabem que um aborto legal é possível.

Os chamados "procedimentos da porta dos fundos" são comuns e podem resultar em sentenças de prisão de um a três anos para mulheres. Nos piores casos, [levar à morte](#).

Durante a última década, a Colômbia investigou 4.802 pessoas por terem realizado ou ajudado a realizar abortos ilegais, de acordo com o procurador-geral do país. A grande maioria eram mulheres. Pouco menos de 500 tinham menos de 18 anos. Quatro tinham menos de 14 anos.

Natalia Bernal afirma que em 2014 começou a estudar o aborto, conectando-se a grupos americanos como o Center for Bio-Ethical Reform (Centro de Reforma Bioética) e Pro-Life Action League (Liga de Ação Pró-vida). "Decidi me dedicar ao feto", ela afirma.

Durante anos de conversas com esses grupos, ela reuniu uma biblioteca de informações - fotografias, vídeos, estudos - que a convenceram de que os métodos de aborto eram formas de tortura. Seu pedido abriu um exame mais amplo da lei.

Em um café da manhã com repórteres no mês passado, o presidente da Colômbia, Iván Duque, disse que a decisão de 2006 de conceder exceções foi "um grande avanço", mas que ele não era a favor de ir além dessa decisão. Em um país que ele descreveu como tendo "machismo excessivo", disse temer que o aborto se tornasse uma forma padrão de contracepção.

Outros em Bogotá relataram uma luta semelhante sobre até onde a lei deve ir. Felipe Ríos, de 38 anos, pai de dois filhos que trabalha com segurança no palácio presidencial, disse que um membro da família fez um aborto recentemente depois de saber que sua gravidez colocava em risco sua vida. Apesar de apoiar a decisão, conta ter sido difícil para toda a família. Mas ele não acredita que a prática deva ser permitida mais amplamente.

— Se uma mulher engravida, é um dever ter o filho. Considero mais corajoso para uma mulher ter o bebê e colocá-lo para adoção — ele afirma.

Aixa Mejilla, estudante de 18 anos, cresceu em um lar para meninas com famílias em circunstâncias difíceis. Ela não acha que as mulheres devam ser forçadas a ter filhos se não puderem ou estiverem prontas para cuidar deles.

— As mulheres deveriam ter a opção — defende.

Por Julie Turkewitz, do New York Times

Jenny Carolina González contribuiu com a reportagem

Coletivo Margarida Alves lança Guia de Defesa Popular da Justiça Reprodutiva

Sexo e reprodução são elementos fundamentais da vida humana. Apesar disso, é difícil falar sobre eles; mais difícil ainda é vivê-los com liberdade e dignidade.

Todos os dias, ouvimos e lemos relatos bárbaros. Mulheres e crianças são vítimas frequentes de violência sexual cometida, na maioria dos casos, por pessoas em quem confiam. Pessoas gestantes são criminalizadas por interromper uma gravidez não desejada, torturadas pelo serviço de saúde que delas deveriam cuidar. Adolescentes são reprimidos por falar de sexo e desejo na sala de aula. Mães têm suas crianças retiradas pelo estado após o parto, por não serem consideradas aptas à maternidade. Mulheres lésbicas são estupradas para deixarem de amar mulheres. Pessoas trans e não binárias são surradas e assassinadas por rejeitarem os padrões de uma sociedade heteropatriarcal. As injustiças sexuais e reprodutivas se proliferam e atingem, de modo mais frequente e brutal, pessoas já marcadas por outras formas de opressão e exclusão, como o racismo, a desigualdade social e o heterossexismo. São mulheres pobres, pretas ou pardas, pessoas trans e não binárias, crianças das periferias e favelas, mulheres lésbicas, as que mais sofrem pela debilidade de um sistema que não garante integral proteção e promoção da inviolabilidade dos corpos, e da saúde sexual e reprodutiva.



Mas lutas travadas antes de nós asseguraram alguns instrumentos de defesa contra essas injustiças. Há séculos, as mulheres se organizam por direitos no trabalho, na educação e no interior da família, contra a violência e por dignidade e liberdade. Mais recentemente, a comunidade lésbica, gay, trans, bissexual, queer e de pessoas não binárias, exigiu reconhecimento, visibilidade e respeito, e o direito de ser, viver e amar. É importante mobilizar essas conquistas, demandando acesso e efetividade, cuidado e autonomia. Por outro lado, há muito ainda que se transformar, nas estruturas do direito, do estado, da família e do mercado. Para as duas tarefas, ambas urgentes, precisamos de três coisas fundamentais: organização, informação e disposição!

O objetivo desta publicação é contribuir para a execução dessas tarefas, mapeando alguns instrumentos jurídicos disponíveis, oferecendo os caminhos institucionais para denunciar violações e reparar as injustiças sexuais e reprodutivas que vivemos cotidianamente e sugerindo formas de organização. Entendemos que a luta pela efetivação dos direitos que já conquistamos e pela transformação das leis que nos oprimem não cabe apenas aos chamados 'operadores do direito'. Cada uma e cada um de nós pode e deve ser uma defensora popular da justiça reprodutiva, atuando em prol da autonomia, cidadania e saúde de nossas comunidades e de cada pessoa que as integra. Estamos certas de que informação é poder. E é através do compartilhamento de nossos saberes coletivos que avançamos na construção de um mundo em que a justiça reprodutiva seja uma realidade.

Boa leitura!
Passe a palavra!

Acesse aqui o [Guia de Defesa Popular da Justiça Reprodutiva em pdf](#)

Uma realização do Coletivo Margarida Alves, com apoio do FLD e Fundo Elas.

[‘A criminalização do aborto mantém as mulheres em risco’, afirma Debora Diniz](#)

Leia a entrevista com a antropóloga, professora da Universidade de Brasília (UNB) e fundadora da organização Anis Instituto de Bioética, Debora Diniz

[\(O Tempo/MG, 02/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Em 20 anos, a taxa anual de aborto nas regiões desenvolvidas caiu, principalmente em países onde a prática foi legalizada. O mesmo não ocorreu na América Latina. Uma das principais defensoras da descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação, Debora teve que sair do Brasil devido à ameaças de morte, e explica porque o país não conseguiu acompanhar esse movimento.

Em 2004, você trouxe à luz uma questão de direitos reprodutivos praticamente desconhecida por quem jamais viveu o drama de gestar um feto sem cérebro: o aborto de anencéfalos. Em 2012 então esse tipo de aborto deixou de ser considerado crime, por decisão do STF. Gostaria que você contasse um pouco de onde vem a sua ligação/identificação com essa temática dos direitos reprodutivos e aborto?

Essa é a vida concreta das mulheres, especialmente na sua juventude, na idade reprodutiva. Quando nós estamos falando que, pelo menos, uma em cada cinco mulheres no Brasil já fez um aborto, segundo a pesquisa nacional de aborto, estamos falando de meio milhão de mulheres todos os anos. Estamos falando de alguma mulher que nós conhecemos na vida. Então, não tenho nenhuma história pessoal, mas sim como pesquisadora, a ideia de proximidade passa pela capacidade de escuta, de sensibilidade, de nos aproximarmos do que é a dor da outra e de quais são as forças que cada uma tem para implementar a mudança.

Você foi a autora do primeiro livro sobre a descoberta da zika no Brasil - venceu a categoria ciências da saúde do Prêmio Jabuti com “Zika: do sertão nordestino à ameaça global” - e nos últimos anos se tornou figura central pelo direito ao aborto até a 12ª semana de gestação. Na sua opinião, quais as principais dificuldades para que o tema avance na legislação brasileira?

A principal dificuldade é que o aborto é um tema que é usado como uma moeda, como uma questão sensível para provocações políticas. Então, com a emergência do governo Bolsonaro, de todo um campo conservador e autoritário no país, não só as questões de gênero, mas como as questões reprodutivas vão ao centro de uma controversa moral e se torna uma controversa política. A principal dificuldade eu não nomearia que são as igrejas ou as crenças religiosas. É o uso de uma autoridade moral para perseguir mulheres, para perseguir o campo reprodutivo. Ao se controlar a questão do aborto, estão se controlando a concepção de família, de reprodução social, de mulheres no mundo do trabalho, de direitos a creches, de cuidados com as crianças, de acesso aos métodos (anticoncepcionais)... É um erro colocar o aborto numa uma polarização sobre o campo religioso.

O que aconteceu após a legalização do aborto em países como Portugal, Espanha e Uruguai?

A descriminalização do aborto leva a uma redução das taxas dessa prática. Porque junto com a descriminalização você tem um pacote de acesso a informação, de quebra dos estigmas e do tabu. As mulheres passam a falar a verdade quando chegam em um serviço de saúde. Elas não têm medo de serem denunciadas. Com isso, você consegue prevenir se ela sofre violência, se ela não está usando bem o método. A descriminalização reduz o número de abortos. A criminalização não apenas não soluciona, como mantém as mulheres em risco.

Em 20 anos, entre 1990/1994 e 2010/2014, a taxa anual de aborto nas regiões desenvolvidas caiu significativamente, principalmente em países ricos onde a prática é legalizada. O mesmo não ocorreu em países em desenvolvimento. Porque que a América Latina e o Brasil não conseguiram acompanhar o movimento de legalização do aborto no mundo?

O Brasil está na região do mundo em que o aborto é mais criminalizado: na América Latina e o Caribe. E que tem as maiores taxas de aborto. Aqui eu diria que não é só a interferência de uma moral religiosa e do campo moral, mas de uma composição de uma colonialidade patriarcal, que é masculina, e de controle de uma ideia de família, e de controle das mulheres. Por isso também nós estamos na região do mundo que mais mata mulheres e são fenômenos que não devem estar separados - controlar a reprodução e controlar o corpo das mulheres e matar as mulheres. Nós estamos numa região do mundo em que mais tipificamos e falamos de feminicídio, então não dá pra separar as coisas. Existe essa origem da cultura patriarcal e de uma desigualdade de gênero que faz com que nós não acompanhamos uma secularização, uma despatriarcalização sobre o aborto.

Apesar dos extensos debates já travados, a ação pela descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação ainda não tem data para ser votada no STF. Você acredita em uma perspectiva de retomada?

Eu não sou capaz de fazer nenhuma projeção, mas acredito que é uma prioridade para o Estado. Para algumas pessoas pode parecer que não seja, mas eu continuo dizendo que, mais do que nunca, essa é uma prioridade democrática para a corte suprema no Brasil. São direitos individuais violados. Todas as Cortes, como qualquer outra organização, estão imersas de uma cultura política e que pode haver uma falsa interpretação, uma falsa avaliação de que esse é uma tema intenso demais ou político demais para ser resolvido nesse momento. Eu diria que

exatamente por estamos nesse momento que essa é uma ação que deveria ser julgada, considerada procedente e feito uma leitura à luz da constituição do Código Penal. Momentos de crise são momento de reafirmação dos direitos, e de que direitos fundamentais violados não serão autorizados.

Boa parte das entidades que vão se manifestar contra a sua proposta de descriminalização do aborto é ligada a igrejas. Que peso que esse setor tem?

A mulher que faz aborto ela é uma mulher comum. Ela tem religião, tem filhos, tem um companheiro, enfim, é uma mulher comum. É como se você visse na rua mulheres entre 20 a 29 anos, e você contasse 1, 2, 3, 4, 5 e uma delas fez aborto. Aí você imagina: será que ela deveria estar presa? Ser favorável ou contrário ao aborto é um falso enquadramento, porque se o aborto é uma necessidade da vida, de saúde, uma em cada cinco mulheres vão fazer aborto, nós estamos dizendo que essas pessoas são favoráveis a colocar essas mulheres na prisão. Então, essas entidades são entidades que sim falam em nome de organizações religiosas porque é uma autoridade reconhecida dentro de uma frágil laicidade democracia brasileira, mas elas representam essa tradição patriarcal de controle das mulheres dentro de uma desigualdade de gênero que se inclui também as instituições religiosas, mas não apenas elas. Então as instituições religiosas são porta-vozes, são a materialização de uma estrutura hierárquica e patriarcal que acredita que as mulheres devam se manterem grávidas e exercerem a maternidade, mesmo contra sua vontade, ao ponto de manda-las para a cadeia.

No Twitter você está sempre bem atuante. Você acredita numa retomada da ciência e da educação brasileira?

Eu jamais desacreditei de que a universidade e a ciência se mantiveram inativos em todo esse processo como esse novo governo. Então a retomada que me parece uma pergunta sob o ponto de vista de um estado formal de políticas públicas. Não sob esse governo. Uma das estratégias desse governo, do governo Bolsonaro é uma ofensiva e uma tentativa de desestabilização das universidades e da ciência porque ele opera pela mentira, ela opera pelo medo e a ciência é o espaço da disputa genuína pelas melhores afirmações sobre verdades, sobre respostas, seguidas de métodos que são transparentes e abertos ao debate público. Então esse governo não só não está aberto ao debate público como não está aberto a seguir as regras de impacto sobre a construções de verdade, por isso que opera pela disseminação do medo, pela mercadoria do medo como uma forma de controle social, de controle político.

Nos últimos anos, a burocracia na ciência e o radicalismo tem provocado uma fuga de cérebros no Brasil. Você foi uma das pesquisadoras que, em 2018, saiu do país devido à ameaças de morte. Atualmente, mora nos Estados Unidos e é pesquisadora do centro de estudos Latino-Americanos e Caribenhos na Brown University. Você ainda espera poder voltar logo a Brasília para retomar a rotina na universidade?

Sim. O meu caso é temporário. Eu não me enquadraria como uma fuga de cérebro. Eu conto que a minha história é uma história em que é um dever de responsabilidade a mim e as pessoas as quais eu tenho a responsabilidade de cuidar com professora. O dever de cuidar é o que me fez sair do Brasil e me afastar da universidade pelas ameaças que eu sofria. Então, eu sofri ameaças graves contra mim, contra a universidade, contra os alunos e aos meus colegas, então na verdade essa é uma estratégia dessa milícia digital de forçar uma fuga de cérebros porque as universidades são os espaços de contestação de resistência e de afirmação do debate público. Então as mídias sociais permitem a construção da participação política mesmo com a operação de expulsão dos indivíduos pela imposição da ameaça e do medo. Então por isso que a minha ação contra o ministro da educação, que me bloqueou nos comentários no Twitter, eu sempre sou respeitosa e era um debate que eu tenho direito a participação política,

por isso, que eu abrir uma contestação judicial contra ele, de que um representante do estado, um representante político ele tem direito de ter as suas mídias sociais privados, mas aí ele não vai falar de políticas públicas ou de questões do exercício do cargo ao qual ele representa. Então eu continuo me mantendo ativa no campo da política e isso não existia há 20 anos. Em governos autoritários era um silenciamento dessa fuga de cérebros e agora é uma forma de participação política de outra maneira, eu me mantenho muito mais, talvez tão ou diferentemente ativa do que era enquanto estava aí com a possibilidade de interação digital.

Diante dessas ameaças advogados criam uma rede em sua defesa e estudam oferecer apoio jurídico gratuito a outros ameaçados. Como você avalia toda essa situação extrema na qual cientistas brasileiros estão passando? Você atribui isso a que?

É uma estratégia porque a ciência ela não se toma por um conjunto de Fake News ou de grupos do WhatsApp como é recentemente essa ameaça do presidente Bolsonaro sobre um ato ao Congresso Nacional. A ciência são humanos, a ciência é o espaço do exercício da dúvida, a vida acadêmica é o espaço em que as regras do que nós chamamos um debate razoável eles são postos, então o processo é muito mais lento. E aí por isso que operar pelo medo e pela intimidação é estratégia.

Como você acredita que será o papel do Judiciário para a manutenção dos direitos civis? E dos direitos de mulheres?

Eu tenho profunda confiança, ou melhor dizendo, esperança, sobre a independência da unidade do Judiciário nesse momento, não só pelo direito das mulheres e de outras minorias, mas para uma contraposição a abusos do executivo. O Judiciário tem que se manter como um poder independente, um poder especialmente a corte suprema, que tem a responsabilidade de proteção, promoção e defesa da Constituição, então toda a minha atuação no campo do litígio estratégico é não só por eu acreditar que o espaço da Corte é um espaço correto e legítimo para a proteção dos direitos individuais violados, mas também porque faz parte do político com um contrapeso especialmente nos governos autoritários.

Por LITZA MATTOS

“Brasil contraria tratados sobre mulheres”, diz advogada que estará na reunião da CSW na ONU

A ministra Damares Alves fez sua primeira participação na Comissão sobre o Status da Mulher em março de 2019. No evento realizado anualmente pela ONU, ela afirmou que, em sua gestão à frente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, lutaria com todas as forças “para erradicar as múltiplas e inter-relacionadas formas de violência e discriminação contra mulheres”.

[\(Universa/UOL, 02/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Um ano depois, os números relacionados a esses crimes continuam altos e, mais do que isso, o governo é acusado de não investir nenhum centavo no principal programa da área, a Casa da Mulher Brasileira. Também é criticado por não ter criado programas consistentes o bastante e que avancem além das campanhas para mudar o cenário atual.

Em 2020, a 64ª edição da Comissão do Status da Mulher será realizada entre 9 e 20 de março, e os países-membros serão analisados pelo cumprimento ou não dos 12 pontos da Plataforma de Ação de Pequim, tratado internacional firmado em 1995 do qual o Brasil é signatário.

“Apesar de ter aderido à convenção, o país está construindo políticas públicas contrárias a esse e outros tratados”, diz a advogada Renata Bravo, especialista em direitos humanos das mulheres e assessora jurídica do Ministério Público do Espírito Santo, que participará da conferência como membro da sociedade civil e pesquisadora da área — seu mais recente trabalho é o livro “Feminicídio: Tipificação, Poder e Discurso” (ed. Lumen Juris), em que analisa a maneira como são tratados casos de assassinatos de mulheres em processos penais.

Leia também: [Lobby religioso ameaça direitos da mulher, alerta relator da ONU \(Blog Jamil Chade/UOL, 03/03/2020\)](#)

Segundo o ministério, Damares deve participar do evento novamente neste ano ao lado da secretária nacional de Políticas para as Mulheres, Cristiane Britto. A comitiva brasileira ainda contará com parlamentares e representantes do Ministério Público e do Judiciário.

Crise no Bolsa Família fere tratado

Para Renata, que no evento deve se encontrar com membros de outros países para discutir políticas públicas de gênero, a falta de investimentos em programas para proteção de mulheres é apenas um dos pontos críticos do atual governo.

Ela aponta outra situação que vai de encontro ao que está estabelecido na Plataforma de Pequim e que diz respeito à crise enfrentada pelo programa Bolsa Família, que teve corte de R\$ 3 bilhões e registra uma fila de 3,5 milhões de pessoas querendo se cadastrar.

“A plataforma fala sobre a relação entre mulheres e pobreza e aponta que é preciso garantir que elas tenham acesso aos recursos econômicos, principalmente de crédito. O Bolsa Família atua de acordo com isso, o cartão fica em nome da mulher e há estudos mostrando que o programa dá autonomia para as que vivem em extrema pobreza”, explica Renata.

“A média de repasse é de R\$ 190 a R\$ 200 por família, e a partir do momento que a mulher tem esse valor em mãos, pode, por exemplo, sair de uma situação de violência doméstica, pode se separar do marido. Se o governo está diminuindo o repasse ao programa, está violando esse direito da mulher.”

Outra relação entre miséria e violência de gênero: quanto mais pobre a mulher, mais vulnerável à exploração sexual.

“Então um programa de transferência de renda, além de tratar a pobreza em si, dar alguma dignidade para sair da miséria, também afasta ou tende a afastar essas mulheres e meninas da violência sexual”, afirma.

Abstinência sexual, kit gay e ideologia de gênero

Renata aponta outro ponto importante do tratado, sobre garantir o acesso à informação de jovens para que assumam sua sexualidade com responsabilidade — de novo, o contrário do que tem pregado o governo atual, que lançou uma campanha para incentivar a abstinência sexual.

“Há um embate desde a campanha de Jair Bolsonaro, um projeto político em que não se pode falar em educação sexual, pois isso se traduz como ‘kit gay’ ou ‘ideologia de gênero’, e eles entendem que isso não pode ser discutido. Mas estão contrariando estudos científicos e a própria convenção internacional, que afirma que é unicamente a educação que vai dar dignidade para essas crianças”, ressalta a advogada.

Ela lembra que a maior parte dos estupros no Brasil são praticados contra meninas por conhecidos, como pais, padrastos, tios, vizinhos — 53,8% das vítimas têm até 13 anos, levando ao dado de que uma garota até essa faixa etária é estuprada a cada 15 minutos, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

“Essas crianças não têm o direito de poder esperar, provavelmente não teriam iniciado, mas foram forçadas a isso. Se não tem uma escola mostrando o que é uma violência sexual e professores e diretores abertos a ajudar, essa criança está vulnerável”, explica.

O que acontece se o país não cumpre um tratado?

Não há sanções específicas caso um país não cumpra uma convenção internacional da qual é signatário. O que pode acontecer, explica Renata, é o país em questão enfrentar algum tipo de boicote, principalmente econômico.

“O Banco Mundial pode diminuir investimentos para obras internas, por exemplo, e a ONU também indica que determinado país está infringindo normas internacionais”, diz.

Outra convenção a ser tratada no evento será a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, criada em 2015 e que estabeleceu 17 objetivos para serem alcançados até 2030.

Apesar de o nome dar a entender que o foco é o meio ambiente, a sustentabilidade fala, também, sobre os cidadãos.

“Entra no debate, por exemplo, a erradicação da pobreza, igualdade de gênero, educação de qualidade”, explica Renata.

Na opinião da advogada, o país não dá valor para ambos os tratados não por desconhecimento, mas por não querer discutir sobre direitos humanos. “Para o atual governo, esse é um ponto crucial: depois da Venezuela e do comunismo, é o inimigo número três, como se fosse coisa de ‘esquerdista’”, afirma.

Por Camila Brandalise

Presidente da Argentina anuncia projeto de lei para legalizar aborto

Alberto Fernández fará proposta ao Congresso argentino em dez dias. Em junho de 2018, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto que acabou sendo rejeitado no Senado.

[\(G1, 01/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

O presidente da Argentina, Alberto Fernández, anunciou neste domingo (1) que enviará ao Congresso um novo projeto para legalizar o aborto, iniciativa que, em 2018, foi rejeitada pelo Senado durante o governo de Mauricio Macri.

“Dentro de dez dias, apresentarei um projeto para a interrupção legal da gravidez”, disse ele perante a assembleia de deputados e senadores, na inauguração do ano legislativo, uma medida que recebeu aplausos efusivos no recinto, além de uma ovação de milhares de manifestantes em frente ao Congresso.

Leia também: [Marchas pró-aborto mobilizam milhares de mulheres na Argentina](#)

Os aliados do presidente são maioria absoluta no Senado e a primeira força na câmara baixa. Fernández, um peronista de centro-esquerda, disse que “o aborto acontece, é um fato”, ao qual as mulheres recorrem “em absoluto sigilo”.

O chefe de Estado afirmou que foi demonstrado que “a lei que rege desde 1921 (que permite o aborto em casos de estupro ou perigo de saúde para as mulheres) não é eficaz”. E apontou que, segundo seu projeto, o aborto será autorizado “no momento inicial” da gravidez, sem especificar esse período.

“A decisão individual da mulher de dispor livremente de seu corpo deve ser respeitada”, disse Alberto Fernández.

Histórico

Em junho de 2018, a [Câmara dos Deputados aprovou um projeto](#) para a legalização do aborto até a 14ª semana de gestação, [mas depois o texto foi rejeitado no Senado](#).

Centenas de milhares de pessoas se mobilizaram nos últimos anos em favor do projeto, mas também houveram muitas marchas organizadas por diferentes setores religiosos contra o texto.

Na Argentina, cerca de 400.000 abortos clandestinos são realizados todos os anos, de acordo com organizações de direitos das mulheres.

Por France Presse

Campanha Nem Presa Nem Morta lança cartilha Aborto no Brasil: uma abordagem jurídica e prático-informativa

Esta cartilha pretende ser mais do que um instrumento informativo para pessoas que lutam pela descriminalização do aborto no Brasil. Informação é poder! Através do compartilhamento de nossos saberes, avançamos na construção de um mundo onde justiça reprodutiva seja realidade. Boa leitura! Passe a palavra!

(Cebes, 28/02/2020 - acesse no site de origem)

A estimativa do Ministério da Saúde é de cerca de 1 milhão de abortos induzidos, portanto, uma carga extremamente alta que independe da classe social. O que depende da classe social é a gravidade e a morte. Quem mais morre por aborto no Brasil são mulheres negras, jovens, solteiras e com até o Ensino Fundamental.

A Pesquisa Nacional de Aborto aponta que aproximadamente uma em cada cinco mulheres alfabetizadas nas áreas urbanas do Brasil já fez pelo menos um aborto até os 40 anos de idade. Esse dado nos mostra que o aborto é um fato comum da vida reprodutiva de mulheres comuns: mulheres de todas as idades, religiões (inclusive sem religião), níveis educacionais diversos, de todas as classes sociais, que vivem em todas as regiões do país, casadas ou não, que são mães hoje, já fizeram um aborto. Contudo, as taxas de abortamento não são uniformes segundo grupos de mulheres. As mulheres das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste abortam mais do que nas regiões Sudeste e Sul. O índice de abortamento entre as mulheres com menor escolaridade e renda familiar mais baixa é o dobro daquele entre mulheres com nível superior e com renda mais alta. Também o abortamento ocorre com maior frequência entre mulheres amarelas, pretas, pardas e indígenas do que entre brancas.

Se por um lado esses dados são representativos apenas de uma parcela da realidade nacional, já que a criminalização dificulta o levantamento de números precisos, por outro, eles apontam para a necessidade de se lidar com a questão a partir das chaves da justiça reprodutiva, da saúde pública e do exercício de direitos.

Mas não é essa a realidade que encontramos no Brasil. O aborto é crime, com exceção dos casos em que a gravidez é resultado de estupro, coloca em risco a vida da pessoa gestante, ou o feto é anencéfalo. E enquanto entidades e movimentos feministas lutam pela descriminalização do aborto, setores conservadores da sociedade brasileira pretendem retirar

até mesmo essas garantias mínimas, com projetos de lei que ameaçam os direitos das mulheres.

A contrainformação produzida por grupos que se intitulam pró-vida, aliada à falta de políticas públicas que garantam os direitos sexuais e reprodutivos, fazem com que milhares de mulheres fiquem reféns de ações ilegais, muitas vezes praticadas por profissionais da saúde, delegado/as, juíze/as e promotores/as. Se por um lado ainda há muito o que se percorrer na luta pela descriminalização do aborto, por outro, não podemos permitir que nossos direitos, conquistados com muita luta, sejam cotidianamente violados.

Por essa razão, esta cartilha pretende ser mais do que um instrumento informativo para pessoas que lutam pela descriminalização do aborto no Brasil. Informação é poder! Através do compartilhamento de nossos saberes, avançamos na construção de um mundo onde justiça reprodutiva seja realidade. Boa leitura! Passe a palavra!

Texto introdutório da cartilha Aborto no Brasil: uma abordagem jurídica e prático-informativa do movimento [#NemPresaNemMorta](#). Aqui estão as redes sociais do grupo: [facebook](#), [twitter](#) e [instagram](#).

[Baixe aqui a cartilha Aborto no Brasil 2020](#)

*A campanha **[Nem Presa Nem Morta](#)** é construída por organizações e coletivos feministas das mais diversas áreas, além de mulheres autônomas, que se uniram para ampliar o debate sobre o direito ao aborto no Brasil. Com o marco da ADPF, a onda verde pelas hermanas argentinas e as lutas históricas pelo direito ao aborto no país, avançamos na luta em defesa do direito ao aborto. Você pode acompanhar a campanha pelo Facebook **[#PelaVidaDasMulheres](#)***